

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Senhores Acionistas,
 Em atendimento às disposições societárias, apresentamos o Relatório da Administração da Souza Cruz S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

1. Contexto do negócio

Em 2012, a economia brasileira apresentou um crescimento do PIB estimado em 0,8% principalmente influenciada pela crise na Europa, desaceleração da China e período de recuperação dos Estados Unidos, juntamente com a queda no nível de atividade da indústria. O desempenho da indústria foi fortemente impactado por baixos níveis de investimento, redução da competitividade e por uma maior oferta de produtos importados no país. Uma série de medidas de estímulo ao consumo juntamente com a queda da taxa de juros não foram suficientes para minimizar os efeitos acima mencionados. Para 2013, é esperado um aquecimento do mercado interno, com um crescimento do PIB da ordem de 3%, porém entende-se que o país tem alguns desafios estruturais que precisam ser endereçados para que volte a crescer aos níveis esperados tais como, educação, saúde pública, segurança, juntamente com toda a complexidade do ambiente de negócios.

Mercado de cigarros

O volume total de cigarros comercializados no mercado brasileiro em 2012, estimado em cerca de 112,3 bilhões de unidades, apresentou uma retração de 3,4% em relação a 2011. Essa retração ocorreu principalmente em decorrência do aumento de preços dos cigarros promovido por algumas empresas a fim de compensar a elevação média do IPI de 41% a partir de 1º de maio de 2012, combinado com um crescimento da economia menor do que o esperado ao longo de 2012. No final de 2012, a Souza Cruz reajustou os preços dos cigarros em 16% a fim de compensar o aumento médio do IPI de 18% a partir de 1º de janeiro de 2013.

A introdução do preço mínimo ao consumidor de R\$ 3,00/carteira, pelo Governo Federal a partir de 1º de maio de 2012 (Lei 12.546/11), foi seguida com boa aderência pelos demais participantes que operam legalmente. O descumprimento dessa regra por parte do varejista varia desde a apreensão das mercadorias até a vedação de se comercializar cigarros por um prazo de 5 anos. Pelo lado do fabricante, a penalidade pode sujeitar ao cancelamento do registro especial de fabricante de cigarros. Esta medida serviu, desde então, para definir o mercado formal de cigarros no Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2013, o preço mínimo ao consumidor foi alterado para R\$ 3,50/carteira. A alta carga tributária sobre cigarros continua sendo o principal fator de estímulo à comercialização informal do produto no Brasil, principalmente pela via do contrabando e falsificação (mercado ilegal). Após o aumento de preços em abril de 2012, o mercado ilegal vem comercializando cigarros com um significativo diferencial de preços em relação ao segmento "Value for Money". Conseqüentemente, estima-se que o mercado legal tenha crescido 1,7 bilhão de cigarros ou 7,4% em relação a 2011. Em 2012, os resultados positivos obtidos pelas autoridades brasileiras por meio de fiscalizações mais frequentes e de um controle de fronteiras mais rigoroso, o que resultou no fechamento de 11 fábricas clandestinas em 2012, a participação do mercado ilegal de cigarros no Brasil é estimada em 22% do consumo brasileiro de cigarros.

No âmbito regulatório, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou em 15 de março de 2012, resolução que restringe o uso de ingredientes na fabricação de cigarros comercializados no Brasil. A resolução (RDC 14/12) contém uma lista de ingredientes indispensáveis à fabricação do produto, que poderão ser mantidos. A indústria terá um prazo de 18 meses para adaptar seus produtos à nova regra, ou seja, a partir de setembro de 2013 nenhum produto pode ser vendido aos clientes varejistas com os ingredientes proibidos nesta resolução. No entanto, os produtos que ainda estiverem em estoque nos estabelecimentos comerciais poderão ser vendidos ao consumidor por um prazo de mais seis meses (março de 2014).

Adicionalmente, a Lei 12.546/11, ainda pendente de regulamentação, assegurou a exposição de cigarros nos pontos de venda e proíbe a propaganda em painéis e cartazes dentro dos pontos de venda; garante que nos advérbios na parte frontal (30%) das caixas de cigarro poderão ser inseridas apenas em 2016; e uniformiza a legislação nacional proibindo o fumo em ambientes fechados e garantindo, assim, o fumo em locais abertos.

Mercado de fumo

O tabaco cultivado no Sul do Brasil emprega 165 mil famílias e é a principal fonte de renda nas pequenas propriedades produtoras, pois utiliza apenas 15,4% da área total e responde por cerca de 56% das receitas obtidas na propriedade.

Segundo informações da Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra, a produção total da safra 2011/2012 na Região Sul atingiu 727 mil toneladas, 12,6% menor que a safra 2010/2011 (safra com a maior produtividade e o terceiro maior volume da história do tabaco da Região Sul), devido a uma redução de 13% da área plantada (325 mil hectares). A redução de volume de produção, porém, foi compensada pelo aumento do valor pago aos produtores em cerca de 11,6%, gerando R\$ 4,6 bilhões em receitas, uma das melhores rentabilidades dos últimos anos. O bom desempenho da receita de fumo também deve-se à melhor qualidade e à boa produtividade do tabaco produzido nesta safra.

Líder na exportação mundial de tabaco e 2º maior produtor do mundo, o Brasil embarcou, em 2012, 638 mil toneladas de tabaco e seus derivados, volume quase 20% superior ao do ano anterior, sendo cerca de 20% deste volume exportado pela Souza Cruz. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SECEX / MDIC) foram exportados US\$ 3,3 bilhões, montante este que é recorde nos 20 anos de hegemonia brasileira nas exportações, ultrapassando a marca registrada em 2009 quando se atingiu US\$ 3,1 bilhões em divisas. Com este resultado, o tabaco representou 1,34% do total das exportações brasileiras no ano de 2012. Na região Sul do Brasil, o tabaco responde por 7,3% das exportações (sendo 12,9% das exportações do Rio Grande do Sul e 10,8% de Santa Catarina).

Principais clientes do fumo brasileiro (Fonte: SindiTabaco - 2012)



2. Desempenho operacional da Companhia

Cigarros
 A exemplo dos últimos anos, a Companhia deu continuidade ao fortalecimento do portfólio de marcas com ações de marketing direcionadas para suas marcas "Premium", sobretudo Dunhill, Free e Lucky Strike. Dentre algumas ações, destacam-se remodelagem do portfólio com lançamentos de novas versões e modificações em embalagens, com o objetivo de alavancar oportunidades no mercado. No segmento "Value for Money", a Souza Cruz continuou implementando diversas iniciativas para desenvolver suas marcas locais com o objetivo de minimizar as reduções de volume e de participação de mercado face à pressão do mercado ilegal de cigarros. A Companhia atingiu o volume de 66,6 bilhões de cigarros comercializados em 2012, 6,1% inferior aos 70,9 bilhões vendidos no ano de 2011. Essa redução está associada principalmente em decorrência do aumento de preços dos cigarros que teve como consequência a aceleração do crescimento do mercado ilegal de cigarros, que tem se beneficiado permanentemente da elevação da carga tributária da indústria.

Conforme mencionado anteriormente, a introdução do preço mínimo ao consumidor serviu para definir o mercado formal de cigarros no Brasil. Em função disso, a Companhia passou a acompanhar sua participação de mercado com base na mensuração das vendas dos varejos formais, que é baseada em práticas habituais de medição da venda ao consumidor. Este estudo não contempla, para efeitos de auditoria, os volumes de contrabando e falsificação, que constituem o mercado ilegal de cigarros. Dessa forma, a participação de mercado da Companhia alcançou 74,9%, representando um aumento de 1,2 p.p. em relação a 2011. Essa variação decorre preponderantemente do desempenho de Dunhill e Hollywood, principalmente no 4º trimestre.

Evolução da participação no mercado e do volume de vendas



Resultados das principais marcas em 2012:

- Dunhill** – Apresentou um excelente desempenho em 2012 devido às ações de expansão da plataforma de "Reloc" e consolidação das versões com cápsula. Encerrou 2012 com um volume de 9,3 bilhões de unidades vendidas e participação de mercado de 9,2%, 0,5 p.p. acima de 2011.
- Free** – Manteve sua performance estável durante o ano, com o lançamento das versões com cápsula ("iSwitch" e "iBoost") e da nova plataforma "iTaste". Encerrou 2012 com 11,2 bilhões de unidades vendidas e participação de mercado de 13,9%, 0,2 p.p. menor em relação a 2011.
- Lucky Strike** – Manteve-se estável em relação a 2011 e atingiu 1 bilhão de unidades vendidas e uma participação de mercado de 1,3%, 0,1 p.p. maior em relação a 2011. A versão "Click & Roll" continua como grande destaque e representa 70% do portfólio da marca após o lançamento da versão "Boost" no primeiro trimestre de 2012.
- Hollywood** – A consolidação da nova plataforma corroborou os resultados apurados nos últimos períodos e Hollywood encerra o ano com 11,3 bilhões de unidades vendidas e participação de mercado de 12,8%, 0,5 p.p. acima de 2011, diante das condições adversas do mercado.
- Derby** – A despeito das ações de proteção de volume e defesa de competitividade e devido à pressões de preço do mercado ilegal, Derby atingiu um volume de vendas de 25,8 bilhões de cigarros e teve uma redução em sua participação de mercado de 0,8 p.p., encerrando o ano com 27,6% do mercado.

Exportação de fumo

As exportações de fumo de 2012 totalizaram 119,9 mil toneladas, volume 24% superior a 2011 (96,6 mil toneladas), pois contempla negociações de volumes de fumo de safra anteriores que só foram embarcadas em 2012, conforme cronograma de exportações definido pelos clientes. Assim, as receitas de exportação de fumo totalizaram R\$ 1.372,4 milhões, 29,8% superior às receitas de 2011 (R\$ 1.057,6 milhões). Estes números foram positivamente impactados pelo maior volume de embarque e pela desvalorização do real comparado ao ano anterior.

Evolução dos volumes de exportação de fumo (em mil toneladas)



3. Resultados financeiros

Principais Indicadores Financeiros

Resumo dos principais indicadores financeiros consolidados da Companhia nos últimos cinco anos:

R\$ Milhões	2008	2009	2010	2011	2012	CAGR 2008 - 2012
Receita Líquida	5.301	5.793	5.519	5.550	6.131	3,7%
Lucro Operacional	1.604	1.890	1.941	2.186	2.375	10,3%
Lucro Líquido	1.250	1.485	1.450	1.603	1.641	7,1%
EBITDA	1.740	2.034	2.095	2.357	2.546	10,0%
Geração operacional de caixa	1.626	1.616	1.546	1.806	1.872	3,6%

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no exercício de 2012 alcançou R\$ 6.131,1 milhões, gerando um crescimento de 10% em relação a 2011, principalmente em decorrência das exportações de fumo que se beneficiaram do maior volume de embarque e da desvalorização do real comparado ao ano anterior. No segmento de cigarros, houve um crescimento de aproximadamente 4,5% em relação a 2011 como consequência dos melhores preços praticados combinado com um perfil de vendas mais influenciado pelas marcas "Premium", principalmente Dunhill.

Evolução da receita líquida de vendas (em R\$ milhões)



Tributos sobre vendas

A Souza Cruz continua a se posicionar entre os 10 maiores contribuintes de tributos no Brasil. Em 2012, gerou R\$ 8.508,4 milhões de tributos sobre vendas. Nos últimos cinco anos, somente os tributos sobre vendas da Souza Cruz aumentaram em média 10% ao ano, superando o valor de R\$ 35 bilhões.

Evolução dos tributos sobre as vendas (em R\$ milhões)



Lucro operacional

O lucro operacional consolidado antes do resultado financeiro foi de R\$ 2.374,6 milhões, sendo aproximadamente 9% superior ao registrado no ano anterior (R\$ 2.186,4 milhões). Os maiores volumes de exportação de fumo combinado com a desvalorização do real frente ao dólar resultaram em um aumento de 106% do Lucro Operacional desta linha de negócio que fechou o ano em R\$ 250,5 milhões.

Já no âmbito de cigarros, os maiores preços combinado com melhor "mix" de vendas e maior participação das marcas "Premium" resultaram em um aumento de 5% de seu Lucro Operacional, fechando o ano com um montante de R\$ 2.086,6 milhões. Isto corresponde a um crescimento da margem operacional do negócio cigarros em 2012 de 47,3% para 47,4%. Excluindo-se o efeito decorrente da venda da subsidiária integral indireta Yolanda Netherlands (Nota 1), apresentado nessas informações como "item extraordinário", o lucro operacional consolidado antes do resultado financeiro seria 11% superior em relação ao de 2011.

Evolução do lucro operacional (em R\$ milhões)



Lucro líquido do exercício

Em 2012, o lucro líquido consolidado atingiu o montante de R\$ 1.641,4 milhões, superior em 2% se comparado ao ano anterior (R\$ 1.602,7 milhões). Ao longo dos últimos 5 anos, a Companhia vem distribuindo de forma crescente, aos seus acionistas, parte significativa de seu lucro líquido.

Evolução do lucro líquido (em R\$ milhões) e da % de distribuição de dividendos em relação ao lucro líquido



EBITDA

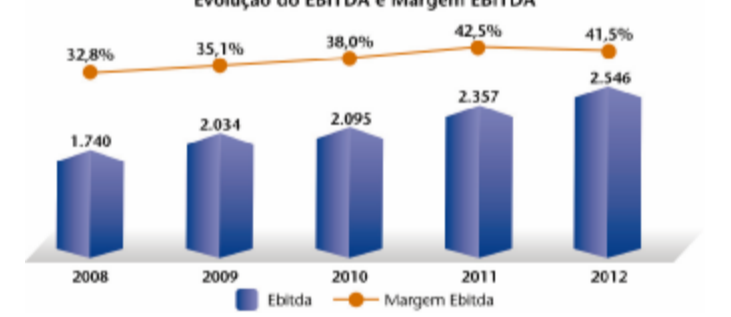
O EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, impostos sobre a renda, depreciação e amortização) atingiu R\$ 2.546,1 milhões, apresentando um crescimento de 8% em relação a 2011 (R\$ 2.357,3 milhões), principalmente como consequência do crescimento no lucro operacional.

Reconciliação do EBITDA com o lucro líquido do ano - consolidado:

	2011	2012
Lucro líquido do exercício	1.602,7	1.641,4
(-) Resultado Financeiro (Nota 25)	(58,9)	(11,3)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 26)	650,1	744,5
(+) Depreciação e Amortização (Nota 22)	163,4	171,5
EBITDA	2.357,3	2.546,1

Excluindo-se o efeito decorrente da venda da subsidiária integral indireta Yolanda Netherlands (Nota 1), o EBITDA seria 10% superior em relação ao de 2011, apresentando uma margem EBITDA de 42,3%.

Evolução do EBITDA e Margem EBITDA



Geração operacional de caixa

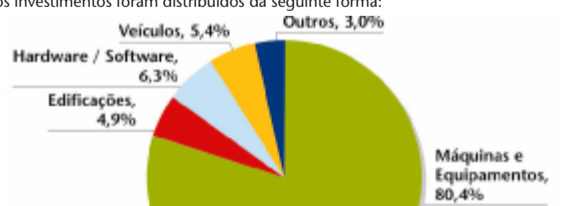
Em 2012, a geração operacional de caixa continua sendo a principal fonte de recursos da Companhia e alcançou R\$ 1.871,7 milhões, ou seja, superior em 4% quando comparada a 2011. A forte geração de caixa continua a permitir a manutenção de uma agressiva política de distribuição de dividendos.

Evolução do fluxo de caixa (em R\$ milhões)



4. Programa de investimentos de capital
 Em 2012, os investimentos somaram R\$ 279,2 milhões (R\$ 215,9 milhões em 2011) e foram aplicados, principalmente, na modernização do parque industrial, frota de veículos e em projetos na área de tecnologia da informação. Como parte destes investimentos, destacam-se: (a) aquisições de maquinários e instalações em decorrência da diversificação do portfólio de marcas de cigarros, (b) substituição de equipamentos de informática e (c) renovação da frota de veículos de distribuição.

Em 2012, os investimentos foram distribuídos da seguinte forma:



5. Premiações

Como resultado da dedicação de seus colaboradores e às suas ações sustentáveis, a Souza Cruz vem sendo permanentemente reconhecida como uma organização de excelência no meio empresarial brasileiro e internacional. Esse reconhecimento pode ser comprovado por meio das premiações recebidas ao longo dos últimos anos.

Em 2012, a Companhia foi homenageada com diversos prêmios, que reforçam ainda mais seu compromisso com a sociedade e com altos padrões de qualidade, produtividade e governança corporativa. Os principais prêmios recebidos pela Souza Cruz ao longo de 2012 foram:

- Top Employers Brazil 2012**
 A Souza Cruz recebeu o prêmio Top Employers Brazil 2012, entregue pelo CRF Institute. A certificação é concedida para as organizações com os mais altos padrões em Recursos Humanos, com base na análise objetiva das suas políticas e práticas de RH.
- Prêmio Época Negócios 360º**
 Em sua primeira edição, o Prêmio Época Negócios 360º reconheceu 23 empresas em 6 questões: Financeiro, Recursos Humanos, Visão de Futuro, Responsabilidade Socioambiental, Governança Corporativa e Inovação. Dentro deste conjunto de critérios, além de ter reconhecido seu trabalho, sua cadeia produtiva e a excelência de seu trabalho em Fumo - que destaca a Organização como a maior exportadora mundial no setor de agnecio - , a Souza Cruz também foi listada como a 4ª melhor empresa do Brasil.

Prêmio "As Melhores Companhias para os Acionistas 2012"

No prêmio As Melhores Companhias para os Acionistas 2012, a Empresa conquistou a liderança no quesito valor econômico adicionado (EVA, na sigla em inglês). Maior companhia de tabaco do Brasil, a Souza Cruz apresentou um aumento de 16% no seu EVA, o equivalente a R\$175,5 milhões.

Prêmio Amauta

O Interaction Center da Souza Cruz recebeu da Associação de Marketing Direto da América Latina (ALMADI) mais um Prêmio Amauta. Este é o reconhecimento máximo para o marketing direto e interativo da América Latina. A Companhia foi vencedora na Categoria "Campanhas e Programas de Vendas", com o caso Telesales Híbrido.

Prêmio Consumidor Moderno

A Souza Cruz conquistou o Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, oferecido pela revista Consumidor Moderno e pelo grupo Padrão. A Companhia foi reconhecida pelo compromisso com a qualidade nos serviços realizados pelo Interaction Center, nossa central de relacionamento, vencendo a disputa na categoria Indústria.

Selo Empresa Cidadã 2012

Criado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ) em 2002, o projeto visa incentivar a elevação da qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas nos relatórios anuais de organizações de todos os portes, segmentos e regiões do país. São certificadas as organizações cujas informações contábeis e socioambientais alcançam o nível de qualidade exigido pelo regulamento.

Prêmio SESEI Qualidade no Trabalho 2012

O prêmio consagra empresas industriais brasileiras por suas práticas diferenciadas de gestão e valorização de seus colaboradores, apontando na satisfação interna como importante fator de competitividade. Em sua primeira participação no Prêmio, a Companhia apresentou excelente desempenho, alcançando o segundo lugar nas etapas Estadual e Região Metropolitana, na categoria Educação e Desenvolvimento, através do caso "Academia do Crescimento (Growth Academy)", iniciativa desenvolvida pela área de Recursos Humanos, que integra atividades voltadas para o crescimento profissional dos colaboradores, mapeando e desenvolvendo os potenciais talentos da Companhia.

Prêmio Melhores e Maiores da Revista Exame

A Souza Cruz conquistou o Prêmio Revista Exame (Editoria Abril) a Souza Cruz foi premiada, pela sexta vez, como a 1ª colocada entre as Melhores Empresas do setor de Bens de Consumo.

Prêmio Destaque Agência Estado

A Souza Cruz, mais uma vez, esteve entre as vencedoras do Prêmio Destaque Agência Estado Empresas 2012. A Companhia alcançou o segundo lugar no ranking, entre mais de 200 concorrentes. O Prêmio é um reconhecimento às empresas que, mesmo com o cenário internacional desfavorável, conseguiram entregar resultados extraordinários aos seus acionistas.

6. Negociações das ações

	Quantidade de ações negociadas (milhões)	Número de negócios (mil)	Valor negociado (milhões)	Cotação R\$ Fechamento	Índice BOVESPA Fechamento
2011	220,2	686,5	5.140,7	22,91	58.143
2012	311,6	1.083,0	8.514,1	30,81	60.952
Var %	41,5%	57,8%	65,6%	34,5%	4,8%
2012/2011					

Em março de 2011, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta de desdobramento das ações da Companhia à razão de 1 para 5. Como consequência, a quantidade de ações negociadas, o número de negócios e o volume negociado apresentaram consideráveis aumentos, indicando um aumento na liquidez e pulverização da ação da Souza Cruz.

Esta maior liquidez e pulverização da ação permitiram que a Souza Cruz passasse a fazer parte de dois importantes índices:

- IBRX-50**: índice da BM&FBovespa que elenca as 50 ações mais líquidas da Bolsa;
- IC02 (Índice Carbono Eficiente)**: índice da BM&FBovespa que reúne as ações das empresas que constituem o IBRX-50 com maior eficiência em emissões de carbono.

De acordo com o cenário de insustentabilidade econômica mundial ao longo de 2012, refletida também no mercado de ações brasileiro, a cotação das ações da Companhia apresentou um crescimento de aproximadamente 34% em relação a 2011.

7. Remuneração dos acionistas

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.374,6 milhões, a ser distribuído aos acionistas. Assim, considerando os juros sobre o capital próprio (JCP) de R\$ 27,8 milhões declarados em dezembro de 2012 e a remuneração intermediária (JCP e dividendos) paga durante o ano de R\$ 725,6 milhões, a remuneração total dos acionistas por conta dos lucros obtidos no exercício de 2012 totalizará R\$ 1.553,9 milhões (cerca de R\$ 1,02 por ação), representando aproximadamente 95% do lucro líquido consolidado do exercício de 2012.

Os dividendos propostos e os juros sobre o capital próprio declarados serão atualizados pela taxa SELIC a partir de 31 de dezembro de 2012 até a data dos seus respectivos pagamentos.

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhões de reais

Nota	Consolidado		Controladora		
	2012	2011	2012	2011	
ATIVO CIRCULANTE:					
Caixa e Equivalentes de Caixa	(8)	1.301,4	1.216,8	1.291,0	1.166,5
Contas a Receber	(9)	615,7	344,6	601,6	338,5
Estoques	(10)	994,6	1.031,9	987,7	1.026,6
Tributos a Recuperar	(11)	58,2	57,3	57,9	57,0
Impostos e Despesas Antecipadas	(12)	622,5	197,1	621,2	196,7
Créditos com Partes Relacionadas	(7.4)	299,2	-	-	-
Outros		24,9	11,7	25,0	11,8
		3.916,5	2.859,4	3.584,4	2.797,1
ATIVO NÃO CIRCULANTE:					
Contas a Receber	(9)	2,1	3,7	1,8	3,6
Estoques	(10)	15,4	13,2	15,4	13,2
Tributos a Recuperar	(11)	25,2	88,5	25,2	88,5
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(26a)	185,8	150,6	181,6	146,8
Depósitos Judiciais	(18b)	197,6	182,0	197,6	181,9
Despesas Antecipadas e Outros		14,8	22,4	14,8	22,4
Créditos com Partes Relacionadas	(7.4)	744,5	-	2,4	-
Outros Créditos com Partes Relacionadas		4,4	5,8	-	-
Investimentos em Sociedades	(13)	-	11,7	1.089,4	1.243,1
Outros Investimentos	(14)	974,5	853,7	963,0	843,6
Imobilizado	(15)	43,7	54,9	42,7	53,5
Intangível		-	-	-	-
		2.208,0	1.386,5	2.533,9	2.596,6
TOTAL DO ATIVO		6.124,5	4.245,9	6.118,3	5.393,7

Nota	Consolidado		Controladora		
	2012	2011	2012	2011	
PASSIVO CIRCULANTE:					
Empréstimos e Financiamentos	(17)	472,4	204,8	472,4	487,8
Instrumentos Financeiros Derivativos	(7)	-	27,6	-	27,6
Fornecedores		264,8	191,9	263,0	190,4
Imposto de Renda e Contribuição Social		178,5	162,3	188,6	162,3
Tributos a Recolher sobre Vendas	(16)	1.248,4	710,2	1.248,4	710,2
Remuneração dos Acionistas	(20c)	32,5	30,4	31,6	29,6
Salários e Encargos Sociais		255,2	221,6	254,9	221,5
Outras Contas a Pagar		49,6	43,7	48,4	42,4
		2.501,4	1.592,5	2.507,3	1.871,8
PASSIVO NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e Financiamentos	(17)	721,1	-	721,1	877,9
Provisões para Contingências	(18a)	172,8	152,7	172,8	152,7
Outros Passivos Operacionais		40,8	52,1	28,6	41,9
Incentivos Fiscais	(19)	308,1	355,5	308,1	355,5
Tributos e Outras Contas a Pagar		14,8	13,9	14,8	13,9
		1.257,0	574,2	1.245,4	1.441,9
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
Capital Social Realizado	(20)	854,7	854,7	854,7	854,7
Reservas de Capital		1,9	1,9	1,9	1,9
Reservas de Lucros		367,9	298,2	367,9	298,2
Ajustes de Avaliação Patrimonial		340,5	224,9	340,6	225,7
Dividendo Adicional Proposto		800,5	699,5	800,5	699,5
		2.365,5	2.079,2	2.365,6	2.080,0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.124,5	4.245,9	6.118,3	5.393,7

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
 Em milhões de reais (exceto valor patrimonial por ação)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital-Venda de Imóveis	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
			Legal	Manutenção de Giro	Incentivos Fiscais				
Saldos em 1º de janeiro de 2011	854,7	1,9	122,1	45,2	62,6	259,9	-	749,1	2.095,5
Hedge de investimentos líquidos no exterior:	-	-	-	-	-	(13,4)	-	-	(13,4)
Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com investida no exterior	-	-	-	-	-	13,4	-	-	13,4
Variação Cambial Reflexa sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ de investida no exterior	-	-	-	-	-	(5,4)	-	-	(5,4)
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.3):	-	-	-	-	-	(27,0)	-	-	(27,0)
Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	(27,0)	-	-	(27,0)
Marcação a mercado das operações de NDF (Non Deliverable Forward e Trava)	-	-	-	-	-	23,1	-	-	23,1
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	-	-	-	-	-	0,8	-	-	0,8
Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 13)	-	-	-	-	-	(3,4)	-	-	(3,4)
Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	-	-	-	-	-	1,3	-	(749,1)	(749,1)
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	1.602,7	-	1.602,7
Dividendos Pagos (AGO de 18/03/11)	(R\$ 2,450644 por ação)	-	-	-	-	-	27,0	-	27,0
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	(27,0)	-	-	-	-	-
Destinações do Lucro Líquido do Exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realocação da Parcela não Societária do Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1,1	(1,1)	-	-
Incentivos Fiscais Realizados	-	-	-	-	46,5	-	(46,5)	-	-
Reserva Legal	-	-	48,8	-	-	-	(48,8)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário	(R\$ 0,051404 por ação)	-	-	-	-	-	(78,6)	-	(78,6)
Dividendo Intermediário	(R\$ 0,47589 por ação)	-	-	-	-	-	(727,4)	-	(727,4)
Juros sobre o Capital Próprio - Complementar	(R\$ 0,016818 por ação)	-	-	-	-	-	(25,7)	-	(25,7)
Dividendo Adicional Proposto	(R\$ 0,457684 por ação)	-	-	-	-	-	(699,5)	699,5	-
	854,7	1,9	170,9	18,2	109,1	224,9	-	699,5	2.079,2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA
 Em milhões de reais (exceto valor patrimonial por ação)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital-Venda de Imóveis	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
			Legal	Manutenção de Giro	Incentivos Fiscais				
Saldos em 1º de janeiro de 2011	854,7	1,9	122,1	45,2	62,6	259,9	-	749,1	2.095,5
Hedge de investimentos líquidos no exterior:	-	-	-	-	-	(65,2)	-	-	(65,2)
Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com investida no exterior	-	-	-	-	-	13,4	-	-	13,4
Variação Cambial Reflexa sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ de investida no exterior	-	-	-	-	-	(5,4)	-	-	(5,4)
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.3):	-	-	-	-	-	(16,1)	-	-	(16,1)
Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	26,5	-	-	26,5
Marcação a mercado das operações de NDF (Non Deliverable Forward e Trava)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	-	-	-	-	-	18,7	-	-	18,7
Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 13)	-	-	-	-	-	23,8	-	-	23,8
Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	-	-	-	-	-	(18,3)	-	-	(18,3)
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	1,2	-	1,2
Dividendos Pagos (AGO de 18/03/11)	(R\$ 0,457684 por ação)	-	-	-	-	-	(699,5)	699,5	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações do Lucro Líquido do Exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realocação da parcela não societária do resultado do exercício	-	-	-	-	-	0,7	(0,7)	-	-
Incentivos Fiscais Realizados	-	-	-	-	69,7	-	(69,7)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário	(R\$ 0,054725 por ação)	-	-	-	-	-	(83,6)	-	(83,6)
Dividendo Intermediário	(R\$ 0,42 por ação)	-	-	-	-	-	(642,0)	-	(642,0)
Juros sobre o Capital Próprio - Complementar	(R\$ 0,0182 por ação)	-	-	-	-	-	(27,8)	-	(27,8)
Dividendo Adicional Proposto	(R\$ 0,523732 por ação)	-	-	-	-	-	(800,5)	800,5	-
	854,7	1,9	170,9	18,2	178,8	340,5	-	800,5	2.365,5

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA
 Em milhões de reais (exceto valor patrimonial por ação)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital-Venda de Imóveis	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
			Legal	Manutenção de Giro	Incentivos Fiscais				
Saldos em 1º de janeiro de 2011	854,7	1,9	122,1	45,2	62,6	261,8	-	749,1	2.097,4
Hedge de investimentos líquidos no exterior:	-	-	-	-	-	(13,4)	-	-	(13,4)
Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com investida no exterior	-	-	-	-	-	13,4	-	-	13,4
Variação Cambial Reflexa sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ de Investida no Exterior	-	-	-	-	-	(5,4)	-	-	(5,4)
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.3):	-	-	-	-	-	(27,0)	-	-	(27,0)
Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	(27,0)	-	-	(27,0)
Marcação a mercado das operações de NDF (Non Deliverable Forward e Trava)	-	-	-	-	-	23,1	-	-	23,1
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	-	-	-	-	-	0,8	-	-	0,8
Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 13)	-	-	-	-	-	(3,4)	-	-	(3,4)
Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	-	-	-	-	-	1,3	-	(749,1)	(749,1)
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	1.601,6	-	1.601,6
Dividendos Pagos (AGO de 18/03/11)	(R\$ 2,450644 por ação)	-	-	-	-	-	27,0	-	27,0
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações do Lucro Líquido do Exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realocação da parcela não societária do resultado do exercício	-	-	-	-	-	46,5	(46,5)	-	-
Incentivos Fiscais Realizados	-	-	-	-	46,5	-	(46,5)	-	-
Reserva Legal	-	-	48,8	-	-	-	(48,8)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário	(R\$ 0,051404 por ação)	-	-	-	-	-	(78,6)	-	(78,6)
Dividendo Intermediário	(R\$ 0,47589 por ação)	-	-	-	-	-	(727,4)	-	(727,4)
Juros sobre o Capital Próprio - Complementar	(R\$ 0,016818 por ação)	-	-	-	-	-	(25,7)	-	(25,7)
Dividendo Adicional Proposto	(R\$ 0,457684 por ação)	-	-	-	-	-	(699,5)	699,5	-
	854,7	1,9	170,9	18,2	109,1	225,7	-	699,5	2.080,0

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA
 Em milhões de reais (exceto valor patrimonial por ação)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital-Venda de Imóveis	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
			Legal	Manutenção de Giro	Incentivos Fiscais				
Saldos em 1º de janeiro de 2011	854,7	1,9	122,1	45,2	62,6	261,8	-	749,1	2.097,4
Hedge de investimentos líquidos no exterior:	-	-	-	-	-	(65,2)	-	-	(65,2)
Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com Investida no Exterior	-	-	-	-	-	13,4	-	-	13,4
Variação Cambial Reflexa sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ de Investida no Exterior	-	-	-	-	-	(5,4)	-	-	(5,4)
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.3):	-	-	-	-					

continuação

Os principais impactos no balanço patrimonial consolidado da Souza Cruz podem ser resumidos como segue:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO DE 2012 - Em milhões de Reais		
ATIVO CIRCULANTE:	PASSIVO CIRCULANTE:	
Caixa e Equivalentes de Caixa	Empréstimos e Financiamentos	352,6
Créditos com Partes Relacionadas	Imposto de Renda e Contribuição Social	16,4
ATIVO NÃO CIRCULANTE:	PASSIVO NÃO CIRCULANTE:	
Crédito com Partes Relacionadas	Empréstimos e Financiamentos	706,9
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	Ajustes de Avaliação Patrimonial	80,6
	Lucros Acumulados	(49,1)
	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.107,4
TOTAL DO ATIVO		1.107,4

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO DE 2012 - Em milhões de Reais		
Despesas (Receitas) Operacionais		
Item extraordinário - Resultado Líquido da Operação	31,5	
Item extraordinário - Reciclagem das Variações Cambiais	(80,6)	
	(49,1)	

Como consequência da alienação do controle acionário da Yolanda Netherlands, todas as variações cambiais geradas por esse investimento no exterior e por seus instrumentos de proteção, que haviam sido registradas no patrimônio líquido da Souza Cruz no âmbito do conceito do *hedge accounting*, foram reclassificadas para o resultado da Souza Cruz, uma vez que essa participação acionária não faz mais parte do Grupo Souza Cruz. O impacto da reciclagem dessas variações cambiais é negativo e totaliza aproximadamente R\$ 80,6 milhões, líquido dos efeitos tributários. O efeito líquido total da alienação da Yolanda Netherlands B.V. e da reciclagem das variações cambiais está apresentado nessas Demonstrações financeiras no total da rubrica "Outras Despesas Operacionais" na demonstração do resultado do exercício e detalhado na Nota 24.

2 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os passivos para transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em dinheiro mensurados pelo valor justo;

As demonstrações consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As políticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras consolidadas foram consistentes com as aplicadas no exercício anterior, exceto pela adoção antecipada do Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (*IFRS 11-Joint Arrangements (Nota 3.1(b))*). No entanto, em função da alienação do controle acionário da Yolanda Netherlands, conforme comentado na Nota 1, os saldos de balanço dessa subsidiária não estão mais sendo consolidados nas demonstrações financeiras do Grupo Souza Cruz no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Além disso, em 2012 essas demonstrações financeiras contemplam o resultado gerado pela referida subsidiária no período iniciado em 1º de janeiro e findo em 29 de junho, data de sua alienação de controle.

2.2 Demonstrações financeiras individuais (Controladora)

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP e, para o caso da Souza Cruz, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e de operações em conjunto pelo método de equivalência patrimonial no BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. A Lei nº 11.941/09, para fins de BRGAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de *impairment*, o que está sendo adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais de suas controladas que possuem saldo de ativo diferido, em consonância com o estabelecido pelo CPC 43. De acordo com as IFRS, receitas e despesas pré-operacionais devem ser registradas no resultado do exercício quando incorridas. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou o saldo de ativo diferido de suas controladas em lucros acumulados no balanço consolidado, o qual não foi realizado por meio de equivalência patrimonial no balanço individual. A reconciliação do patrimônio líquido e dos lucros líquidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está demonstrada como segue:

	Patrimônio Líquido		Lucro líquido do exercício	
	2012	2011	2012	2011
Controladora	2.365,6	2.080,0	1.640,7	1.601,6
Amortização do ativo diferido	(0,1)	(0,8)	0,7	1,1
Consolidado	2.365,5	2.079,2	1.641,4	1.602,7

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigindo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia foram avaliados e aplicados conforme mencionado na Nota 5.

3 Sumário das principais práticas contábeis e estimativas contábeis críticas

As práticas contábeis apresentadas a seguir foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, exceto pela adoção antecipada do *IFRS 11* detalhado na Nota 3.1(b).

3.1 Princípios de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais, do resultado e do fluxo de caixa corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas e de suas correspondentes mutações ou variações, segundo a sua natureza, complementada pelas seguintes eliminações:

- Das participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das sociedades controladas;
- Dos saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as sociedades, cujos balanços patrimoniais foram consolidados;
- Dos efeitos decorrentes de transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo (Souza Cruz S.A. e sociedades controladas e de operações em conjunto). Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que ocorre a transferência de controle acionário. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

(b) Operações em conjunto (*Joint operations*)

São aquelas entidades cujas atividades são controladas em conjunto pela Companhia e por um ou mais sócios, mediante acordos contratuais ou estatutários. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e controlada possuíam duas operações em conjunto (Nota 1), a Agrega Inteligência em Compras Ltda. pela Souza Cruz e a Brascuba Cigarillos, S.A. por intermédio de sua controlada direta Yolanda Participações S.A..

Em 23 de novembro de 2012, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação nº 694 aprovou e tornou obrigatório a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (*IFRS 11 - Joint Arrangements*) que trata de negócios em conjunto.

A Administração da Companhia decidiu pela adoção antecipada desta Deliberação nas demonstrações financeiras consolidadas de 2012, passando a tratar a empresa Agrega Inteligência em Compras Ltda. e Brascuba Cigarillos, S.A. como operações em conjunto (*joint operations*). Dessa forma, o tratamento de método da equivalência patrimonial (Agrega) e consolidação proporcional (Brascuba) nas demonstrações financeiras consolidadas mudaram para a apresentação de ativos e passivos em relação à sua participação (50%), com desreconhecimento do investimento e da consolidação proporcional, respectivamente.

Com a adoção antecipada desta Deliberação, os efeitos do desreconhecimento do investimento da Companhia e os ativos e passivos reconhecidos no início do período para o Agrega, não relevantes para fins de refazimento das informações de 2011, podem assim ser resumidos:

	Consolidado		
	2011	Ajustado	Efeitos
ATIVO CIRCULANTE:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.216,8	1.224,2	7,4
Contas a Receber	344,6	349,4	4,8
Estoques	1.031,9	1.031,9	-
Tributos a Recuperar	57,3	57,5	0,2
Despesas e Impostos Antecipados	197,1	197,1	-
Outros	11,7	11,7	-
	2.859,4	2.871,8	12,4

	Consolidado		
	2011	Ajustado	Efeitos
ATIVO NÃO CIRCULANTE:			
Contas a Receber	3,7	3,7	-
Estoques	13,2	13,2	-
Tributos a Recuperar	88,5	88,5	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	158,5	150,6	(7,9)
Depósitos Judiciais	182,0	182,0	-
Despesas Antecipadas e Outros	22,4	22,5	0,1
Outros Créditos com Partes Relacionadas	5,8	5,8	-
Investimentos em Sociedades	11,7	-	(11,7)
Imobilizado	853,7	854,5	0,8
Intangível	54,9	54,4	(0,5)
	1.394,4	1.375,2	(19,2)
TOTAL DO ATIVO	4.253,8	4.247,0	(6,8)

	Consolidado		
	2011	Ajustado	Efeitos
PASSIVO CIRCULANTE:			
Empréstimos e Financiamentos	204,8	204,8	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	27,6	27,6	-
Fornecedores	191,9	192,4	0,5
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	162,3	162,6	0,3
Tributos a Recolher sobre Vendas	710,2	710,2	-
Remuneração dos Acionistas	30,4	30,4	-
Salários e Encargos Sociais	221,6	221,8	0,2
Outras Contas a Pagar	43,7	43,7	-
	1.592,5	1.593,5	1,0

	Consolidado		
	2011	Ajustado	Efeitos
PASSIVO NÃO CIRCULANTE:			
Provisões para Contingências	152,7	152,7	-
Outros Passivos Operacionais	52,1	52,1	-
Incentivos Fiscais	355,5	355,5	-
Tributos e Outras Contas a Pagar	21,8	14,0	(7,8)
	582,1	574,3	(7,8)

	Consolidado		
	2011	Ajustado	Efeitos
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Capital Social Realizado	854,7	854,7	-
Reservas de Capital	1,9	1,9	-
Reservas de Lucros	298,2	298,2	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	224,9	224,9	-
Dividendo Adicional Proposto	699,5	699,5	-
	2.072,2	2.079,2	(7,0)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.253,8	4.247,0	(6,8)

Não houve impactos nas demonstrações financeiras consolidadas em relação a operação em conjunto Brascuba visto que os componentes de ativo e passivo, as receitas e gastos dessa sociedade permaneceram reconhecidos respeitando o percentual de participação da Companhia nesta (50%), que representou em um lucro líquido de R\$ 7,3 no resultado consolidado.

3.2 Base de conversão de moeda

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual cada entidade atua. Essas demonstrações estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* qualificadas, enquadradas no conceito de "*hedge accounting*".

(c) Controladas

A operação em conjunto com a Brascuba Cigarillos, S.A. possui moeda funcional diferente da controladora - moeda corrente "CUC" e moeda funcional "US dólar".

No caso de variação cambial de investimentos em controladas no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do período quando o investimento for vendido ou baixado para perda. O investimento nesse contexto inclui empréstimos entre companhias do grupo onde a liquidação não é planejada e nem é provável no futuro previsível.

Os mesmos procedimentos de conversão de moeda estrangeira são aplicados quando da utilização do método de equivalência patrimonial para investidas com moeda funcional diferente do Real, nas demonstrações financeiras individuais.

3.3 Reconhecimento da receita

As receitas com vendas representam a rubrica "valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são reconhecidas/contabilizadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. A receita é reconhecida da seguinte maneira:

(a) Venda de produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

As vendas de cigarro são reconhecidas no momento da entrega e aceite da mercadoria pelo cliente. O reconhecimento da receita de exportações de fumo ocorre em função dos termos negociados para embarque internacional, cuja modalidade usual é "free on board" com o reconhecimento da receita no momento que a mercadoria transpassa o costado do navio.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida em base "*pro rata*" dia com base no método da taxa de juros efetiva.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras.

3.5 Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da existência dos referidos ativos e a finalidade para a qual foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia somente designou ativos financeiros nas modalidades de "Empréstimos e recebíveis" e "Investimentos mantidos até o vencimento" (Nota 7.3).

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão relacionados na Nota 7.1.

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. A exemplo dos empréstimos e recebíveis, são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Esses ativos estão relacionados na Nota 7.1.

3.5.1 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que se tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.5.2 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia tempestivamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

- critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
 - dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
 - torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
 - desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

• dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; ou (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros dos respectivos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas com créditos, se necessária. A provisão para perdas com créditos (*impairment*) é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

3.7 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques "custo médio ponderado". As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando aplicável.

3.8 Outros ativos circulantes e não circulantes

Contemplam, principalmente, as despesas antecipadas que representam contratos de locação de espaço e outras despesas inerentes às operações da Companhia. Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidos.

3.9 Imobilizado

Demonstrado ao custo combinado com os seguintes aspectos:

- A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens, com exceção dos terrenos que não são depreciados, considerando um turno de 08 horas através das seguintes taxas:

	Taxas anuais de depreciação - %	Vida útil (em anos)
Edifícios	4	25
Máquinas e Equipamentos (a)	10 - 20	10 - 5
Instalações	10	10
Móveis e Utensílios	10	10
Veículos	20	5
Equipamento de Processamento de Dados	20	5

(a) As taxas de depreciação podem ser aceleradas visto a necessidade de operar em tempo superior a um turno de oito horas diárias, principalmente na época de processamento da safra de fumo e aumento na demanda de produção de cigarros, podendo com isso chegar até 20% em determinadas máquinas. Para estas situações são aplicados os coeficientes 1,0 - um turno, coeficiente 1,5 - dois turnos e coeficiente 2,0 - três turnos.

• Perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando aplicável - veja Nota 3.11. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

• Custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como componentes específicos, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses componentes forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, sendo baixados os saldos residuais dos componentes substituídos.

• Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. • Valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período. • Ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

3.10 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil estimada de 5 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.11 Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros do ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisado pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. O teste de recuperabilidade dos ativos é baseado nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada desses ativos. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de

continuação

4.2 Vida útil dos ativos de longa vida

A depreciação ou amortização dos ativos de longa vida considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização dos ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

4.3 Plano de pensão para beneficiários - obrigações de aposentadoria

O valor atual do plano de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, que estão divulgadas na Nota 28. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4.4 Provisões para contingências

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nas administrações e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

4.5 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, utilizados para proteção do fluxo de caixa futuro decorrente das exportações de fumo (Nota 7.3), é calculado utilizando-se uma taxa de desconto equivalente à taxa do CDI, ou seja, aproximadamente 7% a.a..

5 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das IFRS

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas com vigência a partir de 2013, exceto IFRS 9 (2015). Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e nem tampouco são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

• IAS 19 "Benefícios a empregados", emitido em junho de 2011. A alteração na norma afetará principalmente o reconhecimento e mensuração de planos de pensão de benefício definido, e divulgação de benefícios a empregados. Tais mudanças podem mudar significativamente os indicadores de desempenho da Companhia e aumentar o volume de informações a serem divulgadas, os quais ainda estão sendo avaliados pelo Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

• IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre *impairment* dos ativos financeiros e contabilização de *hedge* continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

• IFRS 13 "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. A norma tem como objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade nas divulgações requeridas pelos IFRSs. As exigências não aumentam o uso do valor justo na contabilidade, porém orienta como deve ser aplicado quando seu uso for requerido ou permitido por outra norma. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e há uma isenção para aplicação das novas exigências de divulgação para períodos comparativos.

A Companhia adotou antecipadamente o Pronunciamento Técnico CPC 19(R2) - Negócios em Conjunto (IFRS 11 - Joint Arrangements) que trata de negócios em conjunto, conforme apresentado na Nota 3.1(b). Por consequência da adoção antecipada deste pronunciamento, a Companhia também adotou antecipadamente os Pronunciamentos Técnicos CPC 36(R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10 - Consolidated Financial Statements) e CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities), que não trouxeram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

6 Gestão de risco financeiro

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de mercado, crédito e liquidez. Nesse contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.

6.1 Riscos de mercado

(a) Risco de taxa de juros

O objetivo da política de gerenciamento do risco de taxa de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que impactem seus resultados financeiros.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreados em taxas fixas tanto na gestão de sua carteira de investimentos quanto na captação de recursos.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotar política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

(b) Risco de taxa de câmbio

Parcela significativa das operações da Companhia é realizada no mercado internacional, sobretudo o negócio de exportações de fumo. A Companhia possui contrato de exportação de fumo com empresa do Grupo BAT denominada British American Tobacco (GLP) Limited. Esse contrato, que entrou em vigor em 30 de junho de 2011, foi firmado por longo prazo, com garantia mínima de demanda e potencial para crescimento, além de possibilitar à Companhia redução de imobilização de capital e contratação de fumicultores por longo prazo. A metodologia de precificação foi previamente definida, levando em consideração a cobertura nos custos do negócio de exportação de fumo e a remuneração do capital investido nesse negócio. Esse contrato foi firmado de forma a garantir maior previsibilidade do fluxo de embarques, o qual ocorrerá no prazo de 12 meses subsequentes à sua data de início de vigência. Em 30 de junho de 2012, um novo fluxo de embarques foi renegociado e firmado com o GLP e, a exemplo do ano anterior, a Companhia optou por mitigar a volatilidade cambial dos recebíveis vinculados a esses embarques por meio de uma estratégia de *hedge* composta de adiantamentos de contratos de câmbio (Notas 7.3(a) e 15) e contratos a termo de venda de moeda estrangeira (USD) - operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), cujas principais características estão descritas na Nota 7.3(b).

A parcela de risco cambial coberta por esses instrumentos corresponde a aproximadamente 67% do fluxo de exportações (ano de 2011 - 83%). A definição dessa parcela levou em consideração, dentre outras variáveis, a previsibilidade do fluxo de embarques que ocorrerá nos próximos 12 meses - variável esta fundamental para garantir a efetividade da estratégia de *hedge*.

As normas contábeis requerem que seja apresentada uma análise sensível que demonstre os impactos decorrentes de variações hipotéticas nas taxas de câmbios sobre itens de ativos e passivos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um cenário possível de depreciação do dólar em 25% e um cenário remoto de depreciação do dólar em 50% sobre os principais itens em aberto na data das demonstrações financeiras consolidadas (Nota 7.6). O caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE), fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos representam um passivo líquido de US\$ 132,9 milhões (R\$ 271,5 milhões).

6.2 Risco de crédito

• Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2012	2011
Caixa e Bancos	200,8	180,1
Aplicações Financeiras	950,4	1.007,8
Clientes Terceiros	656,6	443,3
Conta a Receber de Agricultores	13,2	23,2
	1.821,0	1.654,4

Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de classificação de riscos (rating mínimo Baa2 de acordo com a empresa Moody's), além de manter limites financeiros de operações individualizados por instituição financeira.

Clientes Terceiros

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes e agricultores (Nota 9), assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes e o rating de crédito é revisto regularmente.

6.3 Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia somente possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual exigibilidade imediata dos saldos de fornecedores, das garantias concedidas aos fumicultores, que tem vencimento de menos de 1 ano e, de empréstimos e financiamentos, cujo cronograma de vencimento está apresentado na Nota 17. Os demais passivos financeiros da Companhia apresentam vencimento com período inferior a 1 ano, exceto o financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. que possui vencimento entre setembro de 2012 e fevereiro de 2015.

6.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital.

A Companhia utiliza capital de terceiros para financiar parte do seu capital circulante bem como suas operações de fumo, e utiliza capital próprio para a realização de investimentos de longo prazo. A distribuição de dividendos é também parte relevante da estratégia de gestão de capital, tendo a Companhia, nos últimos anos, destinado seus excedentes de caixa aos seus acionistas.

7 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. No entanto, o uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas, não trarão efeitos materiais de realização dessas estimativas.

7.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados encontram-se descritos a seguir:

(a) Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos com operações em conjunto e outros ativos circulantes, cujos valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(b) Outros passivos financeiros

São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos. Os empréstimos estão sujeitos a juros com taxas correntes de mercado e à variação cambial, conforme descrito na Nota 17.

7.2 Estimativa com base no valor justo

Pressupõe-se que a estimativa de saldos de contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigentes no mercado, para instrumentos financeiros similares. A Companhia utilizou os preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos sobre a avaliação dos valores justos usados.

O Grupo aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções não observáveis para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (nível 3).

Os quadros a seguir apresentam os valores contábeis e justos dos referidos ativos e passivos e o nível da hierarquia do valor justo:

	2012		2011		
	Nível de classificação	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:	2				
• Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)		1.301,4	1.301,4	1.216,8	1.216,8
• Contas a receber (Nota 9)		617,8	617,8	348,3	348,3
• Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V.		(969,9)	(969,9)	(1.160,9)	(1.160,9)
• Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (Nota 17)		(12,0)	(12,0)	(22,4)	(22,4)
• Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		(194,4)	(194,4)	(23,0)	(23,0)
• Fornecedores		(298,5)	(298,5)	(229,6)	(229,6)
• Outros		29,4	29,4	17,4	17,4
		473,8	473,8	146,6	146,6
Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:	2				
• Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		(17,2)	(17,2)	(159,4)	(159,4)
• Instrumentos Financeiros Derivativos - (Nota 7.3)		3,2	3,2	(27,5)	(27,5)
		(14,0)	(14,0)	(186,9)	(186,9)

• Controladora

	Nível de classificação	2012		2011	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:	2				
• Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)		1.291,0	1.291,0	1.166,5	1.166,5
• Contas a receber (Nota 9)		603,4	603,4	342,0	342,0
• Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V.		(969,9)	(969,9)	(1.160,9)	(1.160,9)
• Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (Nota 17)		(12,0)	(12,0)	(22,4)	(22,4)
• Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		(194,4)	(194,4)	(23,0)	(23,0)
• Fornecedores		(295,4)	(295,4)	(226,6)	(226,6)
• Outros		27,4	27,4	11,8	11,8
		450,1	450,1	87,4	87,4
Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:	2				
• Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		(17,2)	(17,2)	(159,4)	(159,4)
• Instrumentos Financeiros Derivativos - (Nota 7.3)		3,2	3,2	(27,5)	(27,5)
		(14,0)	(14,0)	(186,9)	(186,9)

7.3 Instrumentos financeiros não derivativos e derivativos

A exemplo da estratégia de proteção de parte dos fluxos de recebíveis decorrentes da exportação de fumo, elaborada pela Administração em 2011 à luz do conceito do "*hedge* de fluxo de caixa", em 30 de junho de 2012 um novo fluxo de embarques foi renegociado e firmado com o GLP até julho de 2013 e, dessa forma, a Companhia optou por mitigar a volatilidade cambial dos recebíveis por meio de uma estratégia de *hedge* de fluxo de caixa composta de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) e contratos a termo de venda de moeda estrangeira (USD) - operações de NDF (*Non Deliverable Forward*).

(a) Não derivativo

Nesse contexto, as variações cambiais dos instrumentos financeiros não derivativos representados por contratos de ACC (instrumentos de proteção), estão contabilizadas no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial", sendo reclassificadas ao resultado do período no momento em que os recebíveis de exportações de fumo (item protegido) impactarem o resultado, ou seja, no momento em que ocorrerem os embarques. A partir dessa data, ambas as variações cambiais serão contabilizadas diretamente no resultado do período até o momento da liquidação financeira do item protegido e de seu respectivo instrumento de proteção.

A parcela de exportações de fumo, objeto de proteção, corresponde a aproximadamente USD 168,3 milhões, protegidos por esses contratos de ACC.

(b) Derivativo

Conforme mencionado acima, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos em 29 de junho de 2012, operações de NDF (*Non Deliverable Forward*) para mitigar a volatilidade cambial de parcela do fluxo de recebíveis de exportações de fumo pelo fluxo de embarque da safra 2012. As principais características desses novos instrumentos e dos instrumentos anteriores, podem ser resumidas como segue:

Derivativo	Instituição Financeira	Rating bancos	Data de Contrato	Data de Vencimento	Taxa a Termo	Montante (USD milhões)	Montante (R\$ milhões)	Valor Justo (R\$ milhões)	
NDF	Banco do Brasil	Baa1	29/06/12	30/07/12	2,0323	32,5	-	Liquidado	
NDF	Banco do Brasil	Baa1	29/06/12	27/02/13	2,0926	20,1	42,1	41,4	
NDF	Banco do Brasil	Baa1	29/06/12	27/03/13	2,0997	23,1	48,5	47,8	
NDF	Banco do Brasil	Baa1	29/06/12	29/04/13	2,1078	23,8	50,2	49,5	
NDF	Banco do Brasil	Baa1	29/06/12	29/05/13	2,1158	24,5	51,8	51,2	
NDF	Banco do Brasil	Baa1	29/06/12	27/06/13	2,1229	19,8	42,0	41,6	
NDF	Banco do Brasil	Baa1	29/06/12	30/07/13	2,1313	13,8	29,4	29,1	
						Total	157,6	264,0	260,6

Todas essas operações encontram-se devidamente registradas na CETIP S.A.

Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2012, essa estratégia de *hedge* se mostrou efetiva, tanto prospectivamente quanto retrospectivamente.

7.4. Contas a receber - venda da Yolanda Netherlands B.V.

Conforme mencionado na Nota 1, a operação de venda da Yolanda Netherlands B.V. foi liquidada pelo GLP junto à subsidiária direta Yolanda Participações da seguinte forma: (a) pagamento em caixa no valor de R\$ 285 milhões e (b) emissão de seis letras descontadas, no valor total de R\$ 1.088 milhões, cujos vencimentos e valores individuais são como segue:

Datas de vencimento	Valores de principal em jun/12		Valores de resgate	Valores dos juros	Saldos em 2012
	USD milhões	R\$ milhões	USD milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
27/07/2012	33,0	66,7	33,0	-	liquidado
29/05/2013	145,0	293,0	147,7	1,4	299,1
27/03/2014	98,0	198,0	101,9	1,1	202,5
27/06/2014	84,0	169,7	87,8	1,0	173,6
29/09/2014	63,0	127,3	66,2	0,7	130,2
29/12/2014	115,3	233,0	121,9	1,3	238,3
Total	538,3	1.087,7	558,5	5,5	1.043,7

7.5. Saldos e resultados dos instrumentos financeiros utilizados para hedge

	USD milhões		R\$ milhões		
	Contratados em 2012	Saldos	Patrimônio	Resultado	Resultado
		2011	2012	2011	2012

Hedge da volatilidade gerada pelos contratos de exportação:

ACC	78,0	-	-	-	(20,3)
NDF (Non Deliverable Forward)	232,0	-	-	-	(68,3)

Hedge de fluxo de caixa:

ACC	168,3	97,2	103,6	(27,0)	(4,3)	(20,4)
NDF (Non Deliverable Forward)	157,6	110,0	125,1	(24,8)	3,2	(24,4)
Trava de câmbio	-	23,5	-	(2,8)	-	(4,0)
Total	635,9	230,7	228,7	(54,6)	(1,1)	(137,4)

7.6. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

Em complemento às análises de risco mencionadas na Nota 6 e em conformidade com a Instrução CVM Nº 475/08, apresentamos abaixo "Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo" dos principais instrumentos financeiros, considerando-se que o principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de câmbio.

Operação	Valor exposto (USD mil)	Ganho (Perda) no resultado - R\$ milhões		
		Cenário Provável taxa spot R\$/US\$ 2,06	Cenário Possível - Depreciação do US\$ em 25%	Cenário Remoto - Depreciação do US\$ em 50%
Contas a receber de exportação	84,3	1,4	(43,0)	(86,1)
Fluxo de embarque de fumo	228,7	3,9	(116,8)	(233,6)
Contas a receber-letas descontadas (Nota 7.4)	510,8	8,7	(260,9)	(521,8)
Itens expostos				
Financiamentos para exportação de fumo (Nota 17)	(474,5)	(8,1)	242,5	484,9
	349,3			
Instrumentos de hedge				
ACC - contas a receber	103,6	(1,8)	52,9	105,8
NDF - fluxo de embarque de fumo	125,1	(2,1)	63,9	127,8
	228,7			
Efeito líquido no resultado		2,1	(61,5)	(122,9)

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e Bancos	200,8	180,1	194,5	173,0
Aplicações em "time deposit"	-</			

continuação

(c) Síntese das movimentações do saldo da controladora

Custo do imobilizado bruto	Terrenos/Cercas		Edifícios		Máquinas e Equipamentos		Veículos		Imobilizado em Andamento		Equipamentos de Processamento de Dados		Móveis e Utensílios		Outros Imobilizados		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011		
Saldos em 2010	39,0	418,4	1.245,8	164,6	100,3	99,1	36,3	70,1	2.173,6									
Adições	0,2	6,5	23,7	14,4	5,6	14,4	5,4	5,4	209,6									
Transferências	-	8,1	53,1	5,7	(82,8)	9,1	1,6	2,1	(3,1)									
Baixas	-	-	(8,1)	(12,0)	-	(13,2)	(4,4)	(0,3)	(38,0)									
Impairment	-	-	1,7	-	-	-	-	-	1,7									
Saldos em 2011	39,2	433,0	1.316,2	172,7	169,3	100,6	35,5	77,3	2.343,8									
Adições	-	0,5	13,9	15,1	233,3	3,0	1,1	0,5	267,4									
Transferências	-	11,4	88,6	0,2	(111,0)	8,9	1,0	0,1	(0,8)									
Baixas	(0,1)	(0,1)	(8,6)	(8,1)	-	(1,6)	(0,4)	(0,1)	(19,0)									
Impairment	-	-	1,7	-	-	-	-	-	1,7									
Saldos em 2012	39,1	444,8	1.411,8	179,9	291,6	110,9	37,2	77,8	2.593,1									
Depreciação acumulada																		
Saldos em 2010	1,3	172,4	973,1	108,2	-	75,4	21,3	43,5	1.395,2									
Adições	0,1	17,7	75,3	26,3	-	12,1	2,5	7,6	141,6									
Transferências	-	-	(0,1)	(0,1)	-	0,4	0,1	0,1	0,7									
Baixas	-	-	(8,0)	(11,9)	-	(13,1)	(4,2)	(0,1)	(37,3)									
Saldos em 2011	1,4	190,1	1.040,5	122,6	-	74,8	19,7	51,1	1.500,2									
Adições	0,1	18,0	83,6	23,4	-	14,3	2,7	6,4	148,5									
Transferências	-	-	0,2	-	-	-	(0,2)	-	-									
Baixas	-	(0,1)	(8,6)	(8,0)	-	(1,5)	(0,4)	-	(18,6)									
Saldos em 2012	1,5	208,0	1.115,7	138,0	-	87,6	21,8	57,5	1.630,1									
Imobilizado líquido																		
Saldos em 2010	37,7	246,0	272,7	56,4	100,3	23,7	15,0	26,6	778,4									
Saldos em 2011	37,8	242,9	275,7	50,1	169,3	25,8	15,8	26,2	843,6									
Saldos em 2012	37,6	236,8	296,1	41,9	291,6	23,3	15,4	20,3	963,0									

15 Intangível

(a) Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Programas de Software-Licenças de Uso Intangível em Andamento	260,9	253,2	250,4	244,1
Amortização Acumulada	(227,0)	(203,1)	(217,5)	(195,4)
	43,7	54,9	42,7	53,5

(b) Movimentações do saldo consolidado

Custo do intangível	Adições		Transfe-rências		Baixas		Efeito Câmbio		Saldos em 2011
	em 2010								
Amortização acumulada	(179,2)	(21,8)	(1,3)	1,3	(2,1)	(203,1)			
Intangível líquido	65,6	(15,5)	5,3	-	(0,5)	54,9			

Custo do intangível	Adições		Transfe-rências		Baixas		Efeito Câmbio		Saldos em 2012
	em 2011								
Amortização acumulada	(203,1)	(22,6)	-	(1,3)	(227,0)				
Intangível líquido	54,9	(11,3)	0,6	-	(0,5)	43,7			

(c) Movimentações do saldo da controladora

Custo do intangível	Adições		Transfe-rências		Baixas		Efeito Câmbio		Saldos em 2011
	em 2010								
Amortização acumulada	(175,4)	(21,8)	-	1,8	(195,4)				
Intangível líquido	65,5	(15,5)	3,5	-	53,5				

Custo do intangível	Adições		Transfe-rências		Baixas		Efeito Câmbio		Saldos em 2012
	em 2011								
Amortização acumulada	(195,4)	(22,1)	-	-	(217,5)				
Intangível líquido	53,5	(11,4)	0,6	-	42,7				

16 Tributos a Recolher sobre Vendas

	Consolidado e Controladora			
	2012		2011	
IPI	713,2	281,2	713,2	281,2
ICMS	386,1	313,5	386,1	313,5
PIS	114,8	87,9	114,8	87,9
COFINS	34,3	27,6	34,3	27,6
	1.248,4	710,2	1.248,4	710,2

Os reajustes de preços dos cigarros promovidos em 2012 a fim de compensar os aumentos médios do IPI de 41% a partir de 1º de maio de 2012 e de 18% a partir de 1º de janeiro de 2013 contribuíram substancialmente para o crescimento da posição de tributos a recolher.

17 Empréstimos e financiamentos

Circulante	Encargos	Consolidado		Controladora	
		2012	2011	2012	2011
Moeda Nacional					
Capital de Giro	Taxas de mercado	12,0	22,4	12,0	22,4
Moeda estrangeira					
Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Notas 01 e 29) US\$ 125 milhões (2011 - US\$ 151 milhões)	6,0% a.a. (2011 - 7,5% a.a.) + variação cambial	248,8	-	248,8	283,0
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) US\$ 104 milhões (2011 - US\$ 97 milhões)	1,10% a.a. (2011 - 1,46% a.a.) + variação cambial	211,6	182,4	211,6	182,4
		472,4	204,8	472,4	487,8
Não Circulante					
Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Notas 01 e 29) US\$ 350 milhões (2011 - US\$ 468 milhões)	6,0% a.a. (2011 - 6,0% a.a.) + variação cambial	721,1	-	721,1	877,9
		721,1	-	721,1	877,9

Circulante - Capital de giro e ACC Instituições financeiras:	Vencimento	2012		2011	
Banco Bradesco S.A.	1 - 3 meses	19,9	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	Até 1 ano	6,2	-	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	1 - 3 meses	-	8,4	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	Até 1 ano	-	3,8	-	-
Banco Citibank S/A	1 - 3 meses	-	3,8	-	-
Banco Citibank S/A	Até 1 ano	10,5	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	1 - 3 meses	20,9	68,0	-	-
Banco Santander Brasil S.A.	1 - 3 meses	-	1,2	-	-
Banco Itaú BBA S.A.	1 - 3 meses	38,9	8,1	-	-
Banco Itaú BBA S.A.	Até 1 ano	12,0	13,1	-	-
Banco JP Morgan	1 - 3 meses	57,7	74,2	-	-
Banco JP Morgan	Até 1 ano	57,5	24,2	-	-
		223,6	204,8	-	-
Yolanda Netherlands B.V. - circulante e não circulante					
	Até 1 ano	248,8	283,0	-	-
	1 - 2 anos	526,7	221,3	-	-
	2 - 3 anos	194,4	478,5	-	-
	3 - 4 anos	-	178,1	-	-
		969,9	1.160,9		
		1.193,5	1.365,7		

Em 31 de dezembro de 2012, o limite de créditos não utilizados junto às instituições financeiras montava R\$ 196 milhões. Os adiantamentos de contrato de câmbio têm como garantia os contratos de exportação. Os empréstimos para capital de giro são para suprir necessidades temporárias de caixa e têm como garantia cédula de crédito bancário. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

18 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

(a) Composição consolidada das provisões para contingências

Saldos em 31 de dezembro de 2010	Tributárias		Cíveis		Trabalhistas		Total
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Adições e reversões	12,6	2,5	2,0	17,1	-	-	32,2
Baixas por pagamento	-	(0,4)	(10,5)	(10,9)	-	-	(21,8)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	98,5	9,2	45,0	152,7			
Adições e reversões	(3,1)	32,0	4,8	33,7	-	-	67,4
Baixas por pagamento	(2,1)	-	(11,5)	(13,6)	-	-	(27,2)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	93,3	41,2	38,3	172,8			

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam R\$ 394 milhões (em 31 de dezembro de 2011 - R\$ 427 milhões) relacionados às principais disputas em processos administrativos e judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável.

(b) Composição consolidada dos depósitos judiciais

Saldos em 31 de dezembro de 2011	Tributárias		Cíveis		Trabalhistas		Total
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	152,0	1,0	29,0	182,0	-	-	363,0
Saldos em 31 de dezembro de 2012	166,6	1,1	29,9	197,6	-	-	395,6

(c) Comentários sobre os principais processos envolvendo a Companhia e suas controladas (valores intermediários acima de R\$ 30 milhões considerando a probabilidade de perda possível e provável):

I. Imposto de renda e contribuição social sobre a correção monetária da conta redutora de patrimônio líquido instituída pelo artigo 7º da Lei nº 7.799/89 - risco máximo R\$ 32,5 milhões

Ação que visa a declaração da inexistência de obrigação jurídica entre diversas autoras, dentre elas a Souza Cruz, e a União Federal no que se refere à relação de se pagar imposto de renda e contribuição social sobre a correção monetária da conta redutora de patrimônio líquido instituída pelo artigo 7º da Lei nº 7.799/89. A utilização dessa conta controlada teve por objetivo registrar os dividendos intermediários distribuídos no curso do ano de 1989. A expectativa de perda em relação a esse processo é considerada possível pelos consultores jurídicos.

II. ICMS - Imunidade de Papel - risco máximo R\$ 54 milhões

Ação anulatória de débito fiscal com pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela com o objetivo de suspender a exigibilidade de crédito tributário de ICMS. Esse processo foi inicialmente ajuizado pela empresa Schweitzer-Mauduit, que já pertenceu ao grupo Souza Cruz sob a denominação Indústrias de Papel Pirahy S.A., sendo a responsabilidade atribuída, por contrato de compra e venda, à Souza Cruz. A responsabilidade da Companhia se fundamenta na obrigação de fazer considerando-se o que fora acordado neste contrato de compra e venda da empresa. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

III. IPI sobre cigarros sinistreados - risco máximo R\$ 37,9 milhões

As autoridades fiscais autuaram a Souza Cruz pelo não recolhimento do IPI sobre operações de vendas de cigarros que não se concretizaram por conta do roubo dos produtos antes da entrega ao cliente. Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela empresa. Em face dessa sentença, a União Federal interpôs recurso de apelação, ao qual, por maioria de votos, foi dado provimento. Contra o respectivo acórdão, foram opostos embargos infringentes, ainda pendentes de julgamento no TRF-2. Com o objetivo de garantir a execução fiscal correlata, foi depositado judicialmente o valor de R\$ 36,7 milhões em novembro de 2011. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

IV. Taxa ANVISA de inspeção sanitária

A Companhia, suportada por mandato de segurança, vem depositando judicialmente os valores cobrados pela ANVISA a título da taxa de inspeção sanitária exigida no registro e renovação de produtos. Por entender que as possibilidades de perda nessa discussão são prováveis, esses valores se encontram provisionados. Em 31 de dezembro de 2012, o valor total provisionado corresponde a R\$ 58 milhões (em 31 de dezembro de 2011 - R\$ 53 milhões).

V. Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) - risco máximo R\$ 27 milhões

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entende que a Companhia deveria recolher o SAT em aliquota superior, enquanto a Companhia pretende a declaração da validade do seu auto-enquadramento, considerando o grau de risco de cada uma de suas Unidades.

A sentença que julgou improcedente o pedido da Companhia foi recentemente anulada, sendo determinado o retorno dos autos à origem para realização de perícia judicial e novo julgamento. A Companhia apresentou quesitos e indicou assistente técnico para início da perícia, tendo o INSS apresentado impugnação ao valor da perícia. No momento, aguarda-se a apreciação do Juízo. A questão do auto enquadramento para fins de incidência do SAT, é matéria que possui entendimento jurisprudencial favorável à tese da Companhia, tendo sido, inclusive, consignado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região essa possibilidade no caso concreto, por ocasião do julgamento do recurso de apelação da Companhia. Além disso, a partir do Decreto 6.957/2009, a Companhia passou a ter reconhecido o grau de risco 2 (fabricação de cigarros), exatamente o grau defendido na ação proposta. A probabilidade de perda dessa ação é considerada possível pelos consultores jurídicos.

VI. Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) - Diferencial do SAT - risco máximo R\$ 57,7 milhões



continuação

Os resultados Consolidados por segmentos no período findo em 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

Millhões de Reais	Cigarros	Exportação de Fumo	Outros Negócios	Não Alocados	Total do Grupo
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	4.211,9	1.057,6	280,7	-	5.550,2
- Custo dos Produtos Vendidos	784,7	825,4	182,3	-	1.792,4
LUCRO BRUTO	3.427,2	232,2	98,4	-	3.757,8
- Despesas Operacionais - Líquidas	1.433,3	110,5	27,6	-	1.571,4
LUCRO OPERACIONAL	1.993,9	121,7	70,8	-	2.186,4
- Resultado Financeiro	-	-	-	58,9	58,9
- Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	7,5	-	7,5
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	2.252,8
- Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	650,1	650,1
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	1.602,7

As exportações de fumo são realizadas, em sua maioria, com partes relacionadas (Nota 29).

28 Plano de pensão para benefícios a empregados - obrigações de aposentadoria

A Fundação Albino Souza Cruz (FASC), da qual a Companhia e a British American Tobacco Américas Prestação de Serviços Ltda., parte relacionada sob o mesmo controle que a Souza Cruz, são as únicas patrocinadoras, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, tendo por objetivo principal a suplementação da aposentadoria dos seus colaboradores, através dos planos de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Definida (CD). Os valores relacionados com os planos de benefícios foram apurados em avaliação atuarial anual. As últimas informações conduzidas pelos atuários independentes foram as de 31 de dezembro de 2012 e de 2011, conforme apresentado nas demonstrações financeiras anuais.

(a) Principais premissas atuariais utilizadas e outras informações relevantes do plano de Benefício Definido (BD):

Hipóteses	2012	2011
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	50% * Mercer Disability	50% * Mercer Disability
Mortalidade de Invalídios	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	0 a 10 S.M.= 0,45 / (TS + 1) 10 S.M. a 20 S.M.= 0,30 / (TS + 1) acima de 20 S.M. = 0,15 / (TS + 1)	0 a 10 S.M.= 0,45 / (TS + 1) 10 S.M. a 20 S.M.= 0,30 / (TS + 1) acima de 20 S.M. = 0,15 / (TS + 1)

Econômicas		
Taxa de Juros:		
- Plano BD	Inflação + 3,8% a.a = 9,51% a.a.	Inflação + 5% a.a = 10,25% a.a.
- Plano CD	Inflação + 3,8% a.a = 9,51% a.a.	Inflação + 5% a.a = 10,25% a.a.
- Plano de Saúde	Inflação + 3,8% a.a = 9,51% a.a.	Inflação + 5% a.a = 10,25% a.a.
Taxa de Retorno:		
- Plano BD	Inflação + 3,8% a.a = 9,51% a.a.	Inflação + 7,35% a.a. = 10,93% a.a.
- Plano CD	Inflação + 3,8% a.a = 9,51% a.a.	Inflação + 7,67% a.a. = 13,05% a.a.
- Plano de Saúde	Não se aplica	Não se aplica
Crescimento Salarial	Inflação + 2,0% a.a. = 7,61% a.a.	Inflação + 4,0% a.a. = 9,20% a.a.
Reajuste do Benefício	Fundadores no Exterior: Inflação + 0,0% a.a. = 5,5% a.a. Demais Assistiados: Inflação + 0,0% a.a. = 5,5% a.a.	Fundadores no Exterior: Inflação + 1,0% a.a. = 6,05% a.a. Demais Assistiados: Inflação + 0,0% a.a. = 5% a.a.
Capacidade Salarial e de Benefício	98% do pico (não aplicável aos Assistiados Fundadores no exterior)	98% do pico (não aplicável aos Assistiados Fundadores no exterior)
Inflação	5,5% a.a. (base INPC)	5,0% a.a. (base INPC)

Outras		
Probabilidade de Entrada em Aposentadoria	Fundadores Plano BD: 3% por ano a partir da 1ª elegibilidade (a partir de 47 anos) e 100% aos 58 anos NÃO Fundadores Plano BD e Plano CD: 100% na primeira na idade de aposentadoria (60 anos de idade)	Fundadores Plano BD: 3% por ano a partir da 1ª elegibilidade (a partir de 47 anos) e 100% aos 58 anos NÃO Fundadores Plano BD e Plano CD: 100% na primeira na idade de aposentadoria (60 anos de idade)

Método		
Plano BD	PUC	PUC
Plano CD	PUC	PUC

Assistência Médica para Aposentados		
Inflação Médica (HCCTR)	Inflação + 3% a.a. = 8,67% a.a.	Inflação + 2% a.a. = 7,10% a.a.
Crescimento dos custos médicos por faixa etária	Até 54 anos = 2% a.a. Acima de 55 anos = 4,5% a.a.	Até 60 anos = 2% a.a. Acima de 60 anos = 2% a.a.
Crescimento das contribuições para o plano médico	Composição do crescimento por faixa etária com inflação médica	Inflação + 4,04% a.a. = 4,04% a.a.
Percentual de permanência na aposentadoria e desligamento	100% para colaboradores com salário acima de R\$ 3.000,00	100% para colaboradores com salário acima de R\$ 3.000,00

Os investimentos do plano de benefício definido são bem diversificados de forma que um eventual fracasso de um único investimento não tenha impacto relevante no nível geral dos ativos do plano. A Administração avalia que a rentabilidade combinada é suficiente para cumprir as metas atuariais do plano.

Categorias de ativos	2012	2011
1. Renda variável	10,00%	10,00%
2. Renda fixa	89,50%	89,50%
3. Imóveis	0,50%	0,50%
Total	100,00%	100,00%
Retorno esperado por classe de ativos		
1. Renda variável	9,51%	15,69%
2. Renda fixa	9,51%	12,40%
3. Imóveis	9,51%	11,19%
Total	9,51%	12,72%

(b) Plano de Benefício Definido - principais componentes

Reconciliação do valor das obrigações atuariais	2012	2011
Valor das obrigações no início do ano	608,0	586,5
Custo do serviço corrente bruto	1,7	2,1
Juros sobre obrigação atuarial (Ganho)/perda atuarial	59,9	57,9
Benefícios pagos	(49,5)	(44,5)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	711,5	608,0
Reconciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos no início do ano	652,2	601,8
Rendimento esperado no ano	80,0	63,4
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	45,2	31,4
Benefícios pagos	(49,5)	(44,5)
Valor justo dos ativos no final do ano	727,9	652,1
Cônciliação dos valores reconhecidos no balanço		
Valor presente das obrigações atuariais	711,6	608,0
Valor justo dos ativos do plano	727,9	652,1
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	(16,3)	(44,1)
Efeito do limite do valor total a ser contabilizado	16,3	44,1
Passivo / (Ativo) líquido passível de contabilização	-	-
Saldo contabilizado em 31 de dezembro	-	-

Obs: O ativo não foi reconhecido pela Companhia, pois não é permitida a compensação ou redução efetiva de suas contribuições no futuro.

DIRETORIA	
Andrea Martini Presidente	Leonardo Forner Senra Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Adriano Alvim de Oliveira Diretor	Maria Alicia Lima Peralta Diretor
Dimar Paulo Frozza Diretor	Fernando Luiz Mendes Pinheiro Diretor
Fernando Chagas de Araújo Teixeira Diretor	Jorge Alejandro Iribarra Pastenes Diretor

Componentes da despesa/(receita) do plano	2012	2011
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício da Fundação		
Custo do serviço corrente	1,7	2,1
Juros sobre as obrigações atuariais	59,9	57,9
Rendimento esperado dos ativos do plano	(80,0)	(63,4)
Total da despesa no exercício	(18,4)	(3,4)
Rendimento efetivo dos ativos	125,2	79,5
Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)		
(Ganhos) e perdas atuariais imediatamente reconhecidos	46,2	(25,4)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	(27,9)	28,8
Custo total reconhecido no OCI	18,3	3,4
Valor acumulado de ganhos e perdas atuariais reconhecidos	65,1	18,9
Política para amortização dos (ganhos) / perdas atuariais	Imediato	Imediato

(c) Informações históricas do Plano de Benefício Definido	2012	2011	2010	2009	2008
Informações históricas					
Valor presente das obrigações atuariais	711,6	608,0	586,4	557,4	543,6
Valor justo dos ativos do plano	727,9	652,1	601,8	576,5	519,0
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	(16,3)	(44,1)	(15,4)	(19,1)	24,6
(Ganho)/perda atuarial das obrigações	91,4	6,0	12,7	(3,5)	17,2
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	45,2	31,4	12,0	34,3	(38,8)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou contribuições em favor da Fundação, a título de contribuições, custos de pensões e despesas administrativas o montante de R\$ 8,1 (R\$ 12,3 em 2011). Não são esperadas contribuições para o plano de benefício definido para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013.

29 Transações e saldos com partes relacionadas

As transações realizadas pela Companhia com partes relacionadas são pactuadas a valores, prazos e demais condições de mercado, quando existentes. A contratação de transações, cujas condições não encontram parâmetro de comparação no mercado, é avaliada tomando-se por base: (i) o interesse e necessidade da Companhia; (ii) custo envolvido levando em consideração: (a) percentual que o valor do serviço representa no custo total das atividades desenvolvidas internamente pela Companhia; (b) benefício agregado à Companhia; (c) contratação de recursos humanos e investimento na infraestrutura da Companhia para realização do serviço internamente.

No que se refere a medidas que visem tratar de conflitos de interesse, a Companhia tem por prática solicitar a consultores externos avaliação prévia dessas transações com o objetivo de garantir o caráter comutativo das condições ali pactuadas.

(a) Principais relacionamentos entre a controladora e as demais empresas controladas e operações em conjunto (joint operations)

Sociedades controladas e Operações em conjunto	Receitas		Despesas e Custos		Direitos		Obrigações	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Yolanda Netherlands B.V. - controlada indireta até 29/06/12 (Notas 1, 17 e 25)	-	-	125,3	112,8	-	-	-	-
Brasuca Cigarrillos, S.A. - operação em conjunto	6,6	6,2	-	-	5,6	1,6	1,5	1,3
	6,6	6,2	125,3	112,8	5,6	1,6	1,5	1,162,2

Direitos: Contas a receber da controlada indireta Brasuca Cigarrillos, S.A. decorrentes de exportações de materiais para produção de cigarros.

Obrigações: Financiamento para exportação de fumo capturado da Yolanda Netherlands B.V. à taxa de juros ponderada de 6,0% a.a., com vencimentos entre setembro de 2012 e fevereiro de 2015. Essas obrigações estão indexadas ao Dólar dos Estados Unidos. Apesar de ter havido alienação de controle acionário da Yolanda Netherlands B.V. para a British American Tobacco (GLP) Limited (Nota 1), o emissor permanece como parte devedora dos recebíveis de contratos de financiamento de exportação detidos pela Yolanda Netherlands B.V. conforme demonstrado no quadro abaixo do item (b).

Receitas/Custos/Despesas: Transações comerciais representadas por vendas de produtos, serviços, variações cambiais sobre adiantamentos recebidos/contas a receber da controlada indireta Brasuca Cigarrillos, S.A. e variação cambial e encargos sobre financiamento para exportação de fumo com sua controlada indireta Yolanda Netherlands B.V. até 29 de junho de 2012, antes da alienação da totalidade de suas ações para a empresa British American Tobacco (GLP) Limited (Nota 1). Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possuía responsabilidade por avais a suas sociedades controladas, de operações em conjunto e de quaisquer outras partes relacionadas.

(b) Relacionamentos entre a controladora e as demais empresas do grupo BAT
A Companhia e suas controladas possuem transações comerciais com entidades interligadas ao grupo controlador no exterior, representadas por exportação de produtos e serviços, adiantamentos recebidos por conta de exportação de fumo e despesas com serviços de apoio técnico especializado. Os montantes dessas transações e saldos são os seguintes:

Natureza da Operação	Montante envolvido no negócio	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em 2012	Saldos em 2011
Contas a Receber:				
Letras descontadas por alienação dos recebíveis de contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 7.4)	1.373,6	BAT (GLP) Limited (Circulante) BAT (GLP) Limited (Não Circulante)	299,2	-
			1.043,7	-

Transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	447 (USD)	BAT (GLP) Limited Nobleza-Piccardo SAICYF Empresa Mixta Brasuca Cigarrillos BAT Mexico SA de CV Companhia Chilena de Tabaco Scandinavian Tob Group Assens A/S	70,3	98,4
			2,1	0,3
			5,6	1,6
			0,2	0,7
			0,3	0,3
			0,5	-
Prestação de serviços de análise laboratorial e de consultoria técnica de engenharia de processos.	3,6	BAT AsPac Service Centre Sdn Bhd BAT South Africa	0,3	1,0
	3,6		0,9	1,4
	13,4	BASS (GSD) Limited BAT (Holdings) Limited BAT del Peru SAC BASS Américas	2,7	2,3
	5,8		1,9	0,8
	0,8		0,8	0,1
	1,0	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	1,0	0,1
	1,5		0,6	-
Prestação de serviços de análise laboratorial, de consultoria técnica de engenharia de processos e de Serviços de Informática.	1.942,9	Nobleza-Piccardo SAICYF Companhia Chilena de Tabaco BAT Mexico SA de CV	5,1	0,5
	2.251,4		1,1	0,8
	4.040,6		0,6	0,4
Contas a receber com outras companhias interligadas			8,8	11,9
			102,8	120,6

Contas a Pagar e Adiantamentos Recebidos:	2012	2011
Contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 17)	1.216,8	248,8
		721,1
		969,9

Contas a pagar e adiantamentos recebidos por transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	Pontual	BAT (GLP) Limited CHILETABACOS FABR. Y COMERC. BAT MEXICO	0,4	1,0
			-	0,1
			0,4	0,1
Prestação de serviços de análise laboratorial, de consultoria técnica de engenharia de processos e de Serviços de Informática.	8,3	BAT (Holdings) Limited	2,2	6,8
Contas a pagar/adiantamento recebidos com outras companhias interligadas			2,0	2,1
			5,0	10,1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Jack Marie Henry David Bowles Presidente	Andrea Martini Vice-Presidente
Leonardo Forner Senra Membro	Ellen Gracie Northfleet Membro
Luiz Felipe Palmeira Lampreia Membro	Rudolf Hohn Membro
Pedro Sampaio Malan Membro	Carlos Ivan Simonsen Leal Membro

Receitas:	Saldos em 2012	Saldos em 2011
Transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	1.050,6	894,2
	16,1	-
	6,6	6,2
	3,8	-
	-	3,3
Prestação de Serviços de Informática	14,3	12,0
	6,9	-
	0,7	-
Prestação de serviços de análise laboratorial e de consultoria técnica de engenharia de processos.	4,2	2,6
	10,2	8,4
	9,9	9,1
	4,9	5,0
	5,4	4,3
Receitas com outras companhias interligadas	31,1	20,2
	1.164,7	965,4

Despesas e Custos:			
Custo da prestação de serviços de apoio técnico/estratégico especializado às áreas de operações da Souza Cruz e compartilhamento de custos e investimentos relativos às Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em Fumo.		BAT Investments Limited	39,0
		Yolanda Netherlands B.V. - controlada indireta	125,3
		Yolanda Netherlands B.V.	40,3
Juros e Variação Cambial relacionados a Financiamentos para exportação (Notas 1, 17 e 25)			
	29/06/2012		
	Após 29/06/2012		

Conforme divulgado em Fato Relevante de 28 de dezembro de 2010, a Companhia, após aprovação pelo Conselho de Administração, celebrou contrato para exportação de fumo com empresa do Grupo BAT denominada British American Tobacco (GLP) Limited. O referido contrato, que entrou em vigor em 30 de junho de 2011, foi firmado por longo prazo, com garantia mínima de demanda e potencial para crescimento, além de possibilitar à Companhia redução de imobilização de capital e contratação de fumicultores por longo prazo. A metodologia de precificação foi previamente definida, levando em consideração a cobertura dos custos do negócio de exportação de fumo e a remuneração do capital investido nesse negócio.

Esse contrato foi firmado de forma a garantir maior previsibilidade do fluxo de embarques, o qual ocorrerá no prazo de 12 meses subsequentes à sua data de início de vigência. Em 30 de junho de 2012, um novo fluxo de embarques foi renegociado e firmado com o GLP (Nota 6.1(b)).

Em decorrência da operação de alienação de controle acionário da Yolanda Netherlands B.V. (Nota 1), os resultados das operações mantidas entre a Souza Cruz e a Yolanda Netherlands B.V. não mais serão eliminados a partir de 30 de junho de 2012.

As operações de exportação de serviços de informática, de análise laboratorial, de consultoria técnica de engenharia de processos e de serviços de apoio técnico e estratégico especializado estão suportadas por contratos com duração que varia, em geral, entre 3 e 12 meses, com possibilidade de renovação anual. Os preços desses serviços levam em consideração os custos inerentes a essas atividades, acrescidos de margem de lucro suficiente para garantir a rentabilidade desses negócios e, portanto, suficiente também para atender os requerimentos estabelecidos pela legislação fiscal brasileira.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração - consolidado e controladora

O pessoal-chave da Administração inclui os membros da diretoria estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar está apresentada a seguir:

	2012	2011
Remuneração fixa		
- Salários	9,3	9,4
- Benefícios diretos e indiretos	2,0	2,5
Remuneração variável		
- Participação nos resultados	7,7	8,1
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	5,3	3,3
	24,3	23,3